

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira



*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira



*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Editora Chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará

Profª Drª. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A838	<p>Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 1 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Teresa Ribeiro Pessoa, Elisângela Maura Catarino. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-211-1 DOI 10.22533/at.ed.111202107</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Pessoa, Maria Teresa Ribeiro. III. Catarino, Elisângela Maura.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.

APRESENTAÇÃO

É com imenso prazer que apresentamos a vocês caríssimos leitores a Coletânea “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”, composta por 71 textos, oriundos de autores de vários lugares do Brasil, organizado em três volumes, que perpassam pela educação brasileira estabelecendo liames com artefatos da história, política e cultura do nosso povo.

Educar é um ato político e ao mesmo tempo cultural. Os aspectos históricos da educação brasileira nos mostram seu percurso, possibilitando-nos, conhecer sua conjuntura e estrutura. Nos dias que correm, cabe o questionamento: que educação atenderia a conjuntura atual marcada por diversidades e por identidades plurais?

Nessa ótica de pensamento, o volume 1 desta coletânea, traz, em dois eixos temáticos, a educação em diálogo com aspectos significativos da diversidade de políticas e de culturas que povoam os espaços educacionais, se materializando em 24 textos reflexivos por onde perpassam termos que servem de guias para importantes debates e discussões. Tais como: autonomia, democracia, saberes pedagógicos, educação popular, sistema, instrução, intervenção, inclusão, prática, reinserção, interdisciplinaridade, direito de escolha, formação de professores, entre outros.

Isto dito, desejamos a todos, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE I

CAPÍTULO 1	1
A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA ESCOLAR E FERRAMENTAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR	
Lidnei Ventura Klalter Bez Fontana Roselaine Ripa	
DOI 10.22533/at.ed.1112021071	
CAPÍTULO 2	12
A CONTRIBUIÇÃO DE CHARBONNEAU À EDUCAÇÃO: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SABERES PEDAGÓGICOS NO BRASIL ENTRE 1959 A 1987	
Jefferson Felliipe Jahnke	
DOI 10.22533/at.ed.1112021072	
CAPÍTULO 3	17
A DEMOCRACIA E A ESCOLA EM UM CENÁRIO PANDÊMICO: A MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DIANTE DA COVID-19	
Renata Cecilia Estormovski Juliana Venzon	
DOI 10.22533/at.ed.1112021073	
CAPÍTULO 4	28
A EDUCAÇÃO POPULAR E O ENSINO DE HISTÓRIA: UM DIÁLOGO PEDAGÓGICO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	
Aline Praxedes de Araújo Aparecida Barbosa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1112021074	
CAPÍTULO 5	39
A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO À DISTÂNCIA, AOS MOLDES DO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL, NA FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE	
Eduardo Freitas Gorga Elisa Pinheiro de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.1112021075	
CAPÍTULO 6	53
A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA EM UMA TURMA DO 6º ANO	
Rosimere dos Santos Nascimento Alves Hélio Rosa de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1112021076	
CAPÍTULO 7	67
A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NAS CADEIAS PARAENSES: ORIGENS E FUNCIONAMENTO (1871-1940)	
Cilicia Iris Sereni Ferreira Orlando Nobre Bezerra de Souza Ney Cristina Monteiro de Oliveira Raimundo Alberto de Figueiredo Damasceno	
DOI 10.22533/at.ed.1112021077	

CAPÍTULO 8 80

A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA EM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA ORFANDADE E ADOÇÃO

Isabelle Cerqueira Sousa
Ana Maria Fontenelle Catrib
Sílvia Helena de Amorim Martins
Patrícia do Carmo Lima
Tallys Newton Fernandes de Matos
Luiza Valeska Mesquita Martins
Sarah Lorena Silva Macêdo

DOI 10.22533/at.ed.1112021078

CAPÍTULO 9 92

A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO DENTRO E FORA DO AMBIENTE ESCOLAR

Lucio Araujo Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.1112021079

CAPÍTULO 10 104

A PRÁTICA DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA E OS ESPAÇOS NÃO FORMAIS

Rodrigo Bastos Daude
Carlos Augusto Cardoso de Jesus
Gabrielle Correia Silva dos Santos
João Pedro Marques Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.11120210710

CAPÍTULO 11 116

A REINSERÇÃO DE JOVENS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: O PROJovem URBANO NO HORIZONTE

Maria Aparecida de Queiroz
Marcos Torres Carneiro

DOI 10.22533/at.ed.11120210711

CAPÍTULO 12 127

AQUISIÇÃO DA ESCRITA E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: VALORIZANDO OS SABERES DA COMUNIDADE LOCAL

Jullyane Glaicy da Costa Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.11120210712

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE II

CAPÍTULO 13 138

AS CIÊNCIAS SOCIOLOGICA E HISTÓRICA: UMA RELAÇÃO DE INTERDISCIPLINARIDADE ESTRUTURAL

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama

DOI 10.22533/at.ed.11120210713

CAPÍTULO 14 148

AS CONTRIBUIÇÕES DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA PRÁTICA DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Thais Tamires Guimarães da Costa
Francisca Celia Lima Paula
José Ygor Ribeiro dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.11120210714

CAPÍTULO 15	158
AS GINÁSTICAS E AS DIMENSÕES DO CONTEÚDO NO CONTEXTO ESCOLAR	
Kelly Silva Teixeira	
Thais Vinciprova Chiesse de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.11120210715	
CAPÍTULO 16	174
AS INFLUÊNCIAS DA FILOSOFIA NA FORMAÇÃO DOCENTE	
Leonardo Mendes Bezerra	
Marinete Aparecida Martins	
Leo Victorino da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.11120210716	
CAPÍTULO 17	182
ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E CULTURAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: SOBRE A UNIVERSIDADE, UM ESTUDO HISTÓRICO II	
Oscar Edgardo Navarro Escobar	
DOI 10.22533/at.ed.11120210717	
CAPÍTULO 18	194
BALANÇO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA: UNIVERSALIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NOS CURSOS DE DIREITO DA REGIÃO DO VALE DO JAURU E DE CÁCERES – MT NO PERÍODO DE 2009-2019	
André Luiz Picoli Herrera	
DOI 10.22533/at.ed.11120210718	
CAPÍTULO 19	203
BILINGUISMO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	
Lineise Auxiliadora Amarilio dos Santos	
Cláudia Araújo de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.11120210719	
CAPÍTULO 20	213
CENTROS RURAIS DE INCLUSÃO DIGITAL E A FORMAÇÃO EM SERVIÇO: REFLEXÕES SOBRE/ A PARTIR DA METODOLOGIA SEQUÊNCIA FEDATHI	
Ana Carmen de Souza Santana	
Mirley Nádila Pimentel Rocha	
Roberta Cavalcante de França	
Lara Saldanha Meneses Nepomuceno	
DOI 10.22533/at.ed.11120210720	
CAPÍTULO 21	220
INOVAÇÃO PEDAGÓGICA NA PRÁTICA AVALIATIVA DE UMA GESTÃO DA SALA DE AULA EM CÍRCULO DE CULTURA	
Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti	
Zelia Maria dos Santos Freitas	
José Santos Pereira	
Glória Maria Alves Machado	
DOI 10.22533/at.ed.11120210721	

CAPÍTULO 22	226
CONTAR E OUVIR HISTÓRIAS: UM JEITO DIFERENTE DA CRIANÇA DESCOBRIR E COMPREENDER O MUNDO	
Maria Cristina Pinheiro da Silva	
Elaine Gaiva Leal	
Vanusa Aparecida Almeida	
Luiz Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.11120210722	
CAPÍTULO 23	233
CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DAS PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES	
Lucimara da Cunha Santos	
Dafne Fonseca Alarcon	
Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco	
DOI 10.22533/at.ed.11120210723	
CAPÍTULO 24	243
DIREITO DE ESCOLHA? UM OLHAR SOBRE A SEDUÇÃO POLÍTICA DO NOVO ENSINO MÉDIO	
Erika Aparecida de Paula Silva Lima	
Bárbara Carine Soares Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.11120210724	
SOBRE OS ORGANIZADORES	254
ÍNDICE REMISSIVO	256

A DEMOCRACIA E A ESCOLA EM UM CENÁRIO PANDÊMICO: A MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DIANTE DA COVID-19

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 21/05/2020

Renata Cecilia Estormovski

Instituto Estadual Polivalente – SEDUC-RS/
Universidade de Passo Fundo
Soledade – Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/5288825069833281>

Juliana Venzon

Secretaria Municipal de Educação de Camargo/
Universidade de Passo Fundo
Camargo – Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/2667886145474349>

RESUMO: A pandemia causada pelo alto contágio com o novo corona vírus, que se espalhou pelo mundo no final de 2019 e no início de 2020, sinalizou o distanciamento social como a solução temporária para evitar sobrecargas nos sistemas de saúde e para assegurar a preservação da vida. A rotina dos sujeitos foi modificada de forma substantiva nesse contexto, sendo que a educação, alterada em grande parte das redes de ensino brasileiras para o modelo remoto, denotou suas fragilidades ao mesmo tempo em que revelou também a debilidade das demais políticas sociais. E a democracia, diante disso, se torna

um ponto central das análises que se propõem a discutir essa situação particular, que denota uma universalidade de questões históricas, sociais e econômicas que permeiam a garantia do direito à educação no Brasil. O objetivo deste estudo, assim, é discutir a relação entre democracia e educação, analisando como as políticas educacionais se materializam em um momento de pandemia. A pesquisa se caracteriza como qualitativa, bibliográfica e documental, e parte da compreensão de que a democracia no Brasil é recente e, ainda, bastante frágil, sendo a educação um direito social que, apesar de ganhos substantivos nas últimas décadas, se efetiva mediante muitas restrições – que se intensificam e se tornam mais notórias em situações extremas como a vivida.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas educacionais. Democracia. Covid-19.

DEMOCRACY AND SCHOOL IN A PANDEMIC
SCENARIO: THE MATERIALIZATION OF
EDUCATIONAL POLICIES IN FRONT OF
COVID-19

ABSTRACT: The pandemic caused by the high contagion with the new corona virus, which

spread across the world in late 2019 and early 2020, signaled social detachment as the temporary solution to avoid overloading health systems and to ensure the preservation of life. The subjects' routine has been substantially modified in this context, and education, which has been altered in most Brazilian education networks to the remote model, has revealed its weaknesses while also revealing the weakness of other social policies. And democracy, therefore, becomes a central point of the analyzes that propose to discuss this particular situation, which denotes a universality of historical, social and economic issues that permeate the guarantee of the right to education in Brazil. The aim of this study, therefore, is to discuss the relationship between democracy and education, analyzing how educational policies materialize in a pandemic moment. The research is characterized as qualitative, bibliographic and documentary, and part of the understanding that democracy in Brazil is recent and, still, very fragile, being education a social right that, despite substantial gains in the last decades, is effective through many restrictions - which intensify and become more noticeable in extreme situations such as the one experienced.

KEYWORDS: Educational policies. Democracy. Covid-19.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Discussões pautadas pela temática da democracia têm sido constantes no âmbito acadêmico e em eventos científicos, bem como nas redes sociais e na imprensa, motivadas pela conjuntura política que se materializa. O Brasil historicamente esteve imerso em uma cultura política descomprometida com a participação e a equidade, sendo que, na atualidade, movimentos explicitamente contrários à coletivização das decisões se utilizam de espaços conquistados democraticamente para defender suas posições, dentro e fora do sistema político estabelecido. No contexto educacional, esse cenário traz implicações particulares, na medida em que interfere na forma como as políticas do setor educativo são propostas e materializadas, direcionando como o direito à educação é oferecido a milhares de brasileiros.

Diante da situação pandêmica instaurada no primeiro semestre de 2020, em que a alta taxa de infecção pelo novo corona vírus (e as dúvidas, incertezas e incapacidades de lidar com a Covid-19) forçaram o distanciamento social, as aulas de toda a educação básica, pública e privada, foram canceladas em seu formato presencial convencional e reorganizadas para um modelo remoto, com o uso de ferramentas digitais. Essa situação específica concretizou dilemas únicos em relação à democracia e ao acesso à educação devido às desigualdades basilares à sociedade brasileira e à sua cultura política excludente. Enquanto uma parcela dos estudantes tinha acesso a aulas on-line por meio de plataformas específicas ou até mesmo através das redes sociais e de aplicativos de mensagens, outro grupo se via limitado por não possuir acesso a computadores, *smartphones* e a internet,

nem a espaço propício aos estudos em casa, tempo para estudar ou apoio de familiares para dar conta das tarefas.

Essa contextualização remete à temática do estudo descrito neste artigo, que visa realizar uma discussão sobre democracia e sua relação com as políticas educacionais em um momento de pandemia. Por meio de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, serão apontados referenciais, pesquisas e dados que, vinculados a nossas percepções como docentes e coordenadoras pedagógicas em redes públicas, denotam (em parte, já que reconhecemos a brevidade de estudos como este) a complexidade da problemática anunciada. Partimos, convém mencionar, da compreensão de que a democracia no Brasil é recente e, ainda, bastante frágil (como problematizam diferentes autores), sendo a educação um direito social que, apesar de ganhos substantivos nas últimas décadas, se efetiva mediante muitas restrições – que se intensificam e se tornam mais notórias em situações extremas como a vivida, o que precisa ser considerado ao pensar (e repensar) o quadro educativo que se materializa.

2 | DEMOCRACIA NO BRASIL: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE AS CONTRADIÇÕES E DESAFIOS DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA NO PAÍS EM UM MOMENTO DE PANDEMIA

Manifestações que exigem o fim da democracia no Brasil, delegando à ela a responsabilidade sobre problemas estruturais do país, trazem à tona um cenário problemático, que reforça a necessidade de que a democracia representativa, modelo vigente, se torne parte fundamental das discussões que vêm sendo realizadas. Pagni (2018), ao construir reflexões sobre o tema, rememora as contribuições de Foucault quando discute como a democracia comandada pela maioria marginaliza as minorias que a sustentam, por meio de um processo em que o mercado tem conduzido a governamentalidade¹ e mantido a estabilidade social ao invés de efetivar a promessa de mobilidade feita pela modernidade. Nessa construção, esse formato de participação é apresentado como uma formalidade na sociedade neoliberal, em que as formas de vida moral são controladas pela economia e a cidadania se torna esvaziada de sentido ético (PAGNI, 2018). Assim, enquanto no liberalismo pregava-se o individualismo, o neoliberalismo – ao defender o Estado mínimo e o governo pelo mercado – reforça uma racionalidade de indiferença que sustenta uma dominação fascista.

Essas concepções são perceptíveis na realidade e se intensificam em momentos de acirramento de crises, como a vivida em meio à pandemia causada pela alta taxa de

1 Conceito de Foucault que explica o processo pelo qual o governo e suas práticas governamentais foram desenvolvidas. A governamentalidade também é discutida como o conjunto de elementos (instituições, táticas, análises...) que favorecem o exercício de poder sobre a população, tendo a economia política como forma de saber e os dispositivos de segurança como instrumentos técnicos. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/view/4632/1856>.

contaminação pela Covid-19. Em um país que já enfrentava dificuldades econômicas e que possui uma infraestrutura hospitalar deficitária em parte substantiva dos municípios, empresários e lideranças políticas incentivaram a permanência da indústria e do comércio em funcionamento para que a economia nacional não entrasse em colapso, mesmo sem garantir segurança sanitária à população. O risco de contaminação, principalmente sobre pessoas idosas que compõem o grupo de risco da doença, foi diminuído, argumentando-se que não estavam em idade produtiva. Ao mesmo tempo, grupos organizados espalharam notícias falsas que objetivavam desacreditar parte da imprensa e omitir o caos causado pela pandemia, sem temer os danos àqueles que cressem nelas.

As *fake news*, por sinal, tem influenciado a forma como o processo democrático de diferentes países (sejam eles grandes potências mundiais ou de periferia) se constitui. Tanto no caso das eleições estadunidenses quanto no caso das brasileiras, foi comprovada a atuação de robôs impulsionando determinados conteúdos, que prejudicavam dados candidatos e beneficiavam outros, enquanto enganavam a população. Esse fato elucida parte da contextualização feita por Pagni (2018), em referência a Lazzarato (2014), quando cita a servidão maquínica empreendida pela disseminação veloz de informações e pelo uso (tornado vício) das mídias, potencializando o assujeitamento e a dominação. Isso se efetiva em relação, em um contexto neoliberal, com o empresariamento de si, imposto como imperativo moral e que produz práticas que tornam os sujeitos reféns de modos de existência pautados pelo desempenho e pela eficácia.

Esse quadro denota a dificuldade para que se efetivem movimentos que busquem a coletivização das decisões (VIEIRA, 1998) e a materialização de direitos em políticas sociais (PERONI, 2013), que definem a democracia. O acesso igualitário a bens e serviços sociais e a construção de uma sociedade pautada pela discussão e por um formato de colaboração que propicie a resolução de problemas coletivamente, bem como a definição e a busca de objetivos em conjunto, se tornam abstrações. A educação, contudo, é apontada como a forma de superar esses limites, como será discutido nas próximas seções, e até mesmo como uma maneira de se pensar e planejar, com esperança, um futuro com mais justiça e igualdade, especialmente em momentos extremos.

3 | DEMOCRACIA NA ESCOLA: A CONSTRUÇÃO DE UM MODO ÉTICO DE VIDA E O ENFRENTAMENTO AO Esvaziamento Democrático

Como forma de resistência à formalidade da democracia instaurada na sociedade, a crítica e o julgamento reflexivo, em um “trabalho ético de si” articulado com novos conceitos de cidadania, democracia e educação, podem significar uma nova existência, de acordo com Pagni (2018). E é através da escola que, na perspectiva esboçada pelo autor, outras formas de vida, contrárias ao modelo imposto e mais comprometidas com

a cidadania e a democracia, podem ser expressas. Ele realiza essa reflexão ao discutir o problema da democracia em Foucault e ressocializar conceitos da obra *Democracia e Escola*, de Dewey, citando a relação entre esses dois elementos como uma maneira de promover uma formação ética que contrarie os modelos sociais vigentes (superando a crise da democracia, ainda jovem, brasileira).

A escola (instituição disciplinar na perspectiva de Foucault) dialoga, no país, com uma cultura política oligárquica e que não a consolidou como formadora de cidadãos para atuarem publicamente. Somado a isso, a formação escolar tem sido efetivada mediante discursos – pautados pelo Estado mínimo – de educação desnecessária perante o volume de informações distribuído pelas tecnologias, recebendo poucos recursos e tendo sua política conduzida pelo setor privado. Sua subordinação ao desenvolvimento de capital humano e restrição ao ensino, ao desenvolvimento de competências e habilidades e à aquisição de informações, se torna um empecilho para que a democracia representativa se torne menos esvaziada no presente, tendo-se em vista que não se dedica à formação humana – como diagnosticado por Foucault e descrito por Pagni (2018).

Pagni (2018), então, rememora Dewey ao destacar que diferentes categorias de participação que despertem o interesse em comum e a valorização desses pontos como fatores de regulação social, aliadas à cooperação e ao ajuste social a demandas novas, são cruciais para a democracia. Essa experiência comunitária de trocas e negociações em busca de um progresso social (já que, em Dewey, a democracia está além de um formato governamental, mas significa uma experiência coletiva, como uma forma de governo múltipla – e não mais pautada pela maioria) demandaria uma articulação com a educação. Por meio dela, a democracia poderia ser experienciada, transmitida para a sociedade e, acima de tudo, tornada uma vivência ética que colaboraria com uma sociedade mais inclusiva. Essas experiências de troca poderiam ser comunicadas aos integrantes de certa comunidade, “graças à sua capacidade de significação e tradutibilidade” (PAGNI, 2018, p. 15).

Priorizando o aprendizado ético da democracia na escola como uma forma de resistência aos processos de esvaziamento democrático na sociedade, Pagni (2018), em uma interpretação que contraria o que diagnosticou como uma prevalência da dimensão pedagógica enfocada por Anísio Teixeira sobre as contribuições de Dewey, defende que:

[...] um modo ético de vida começa a ser experienciado pelos indivíduos na educação, mas ganha um sentido mais preciso na educação escolar, na medida em que crianças e jovens entram em contato com significações para as experiências e com valores diferentes dos que lhes são atribuídos, porque a educação lhes garantiria, nessa instituição, a aquisição dos saberes científicos capazes de tornar sua experiência mais refinada, e os valores morais, ajustá-los à vida social, além de os demais indivíduos com quem convivem trazerem seus pontos de vista, sentimentos, crenças e costumes, o que os faz conviver com a diversidade cultural presente na comunidade de que são parte. Essa diversidade promoveria a convivência com a diferença existente e o aprendizado da democracia como um modo ético de vida entre os integrantes da nova geração, ao mesmo tempo em que aprenderiam com os mais velhos saberes científicos, instrumentos

técnicos e valores morais que lhes permitiriam refinar as suas experiências e julgá-las reflexivamente, escolhendo para si um modo inteligente de conduzir suas próprias vidas (PAGNI, 2018, p. 13).

Assim, a escola se constituiria como o espaço para que a democracia fosse vivenciada e construída, e proporcionaria a formação de “atitudes éticas, [...] valores morais e [...] crenças políticas” (PAGNI, 2018, p. 13) que orientariam as vidas dos sujeitos, podendo até mesmo contrariar aqueles que figuram tradicionalmente na sociedade. E essas concepções são consideradas por Pagni como passíveis de articulação com a ontologia do presente² de Foucault, desde que estivessem comprometidas com a experiência comunitária, voltada à evolução moral e política. Além disso, “acresceria os jogos de poder existentes naquela comunidade, de governmentalização, e, sobretudo, a importância dos processos de subjetivação para a formação desses sujeitos” (PAGNI, 2018, p. 14). Tendo como princípio uma sensibilidade comum na busca por uma estética comunitária, seria proporcionado aos sujeitos um “sentimento (do) belo”, conquistado a partir do “progresso natural [...] das formas morais” e da “harmonia dos opostos políticos” (PAGNI, 2018, p. 14).

4 | A ESCOLA PROFANA COMO O ESPAÇO DA IGUALDADE E DA DEMOCRACIA

Masschelein e Simons (2014) também constroem reflexões sobre a relação entre escola, democracia e sociedade e afirmam que as discussões quanto à democracia e aos processos de escolarização tendem a se voltar para duas direções: a de que o espaço da escola é elementar para que vivências democráticas sejam experienciadas e aprendidas; ou a que compreende seu potencial para proporcionar oportunidades de igualdade e ascensão social. A última vertente possui muitos interlocutores como seus críticos, entre eles Jacques Rancière, que é destacado por Masschelein e Simons (2014) por sua crença de que a emancipação se dá de forma individual e de que nem ela “nem a igualdade podem ser institucionalizadas” (p. 96). Rancière compreende, no entanto, que, apesar da estrutura organizacional da escola e da impossibilidade de reformá-la, surgem na escola momentos democráticos, sendo que ela é um lugar de igualdade na medida em que não converge com a lógica da produção. Para ele, a instituição não mascara a desigualdade, nem a reproduz; apenas que dá visibilidade simbólica à igualdade.

É pela perspectiva de Rancière que Masschelein e Simons (2014) constroem sua discussão, buscando debater a história da escola e da escolarização como a invenção de um espaço público, de democracia e de igualdade. Inicialmente, apontam como, mesmo iniciativas engajadas com a aprendizagem de todos os alunos (pautadas principalmente

² A ontologia do presente é a forma como Foucault nomeia a constante interrogação sobre si na atualidade. Para ele, o sujeito se constitui por meio de relações intersubjetivas incluídas em jogos de poder e em redes de saber, em que corpos e comportamentos são controlados por meio de dispositivos (práticas discursivas e não-discursivas de normatização e subjetivação). Ao interrogar-se sobre si, são percebidos novos modos de relação do sujeito consigo mesmo e com os demais. (Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/nuntius_antiquus/article/download/2091/2038)

na concepção de desenvolvimento de talentos e na atribuição de dons) não questionam as desigualdades ou hierarquias sociais, mas se amparam nelas e relacionam a ordem da escola à ordem social, colaborando com a manutenção da desigualdade. Com isso, impede-se a emancipação e a democracia, na medida em que essas se constroem quando as relações entre dons/profissões e lugares sociais são rompidas e a escola proporciona que a ocupação das atividades não seja imposta pela ordem vigente.

Com essa ruptura, a igualdade é declarada e é permitido que cada cidadão se emancipe, abdicando de inabilidades a ele impostas; nesse sentido, uma história da escola como um lugar de talentos desiguais, se torna uma história de uma escola onde todos são capazes e iguais – alunos e professores -, não no acesso às vagas, mas no acesso a momentos de igualdade e ao *ethos* público da escola. Essa ruptura se pauta na democratização do tempo livre implicada na escola, onde há uma separação da sistemática da vida produtiva (o que leva a ataques à escola, já que ela “não serviria para nada”), independentemente das necessidades ou abundâncias vividas no âmbito das famílias, igualando a todos.

Os autores ainda se referem à escola como o local em que o conhecimento, as profissões e as capacidades são postas em jogo (*ludus*) e dramatizadas, em que há uma suspensão do tempo econômico, político, social e privado e dos papéis delegados para ser “livre para” (e não só livre de), para o uso comum, para a profanação. Isso (a separação, a suspensão e a profanação), na argumentação de Masschelein e Simons (2014), suscita o caráter público da escola, que não tem a ver com financiamento, mas com o compartilhamento de tempo, espaço e matéria, em que o conhecimento é disponibilizado, sendo libertado das posições sociais. E a professora, nessa escola profana, parte do pressuposto de que todos são capazes de compreender os saberes que são abordados, dando sucessivas oportunidades novas para que seus alunos aprendam, pedindo atenção para aquilo e possibilitando novas experiências a partir disso. Pode-se sintetizar, assim, que:

A escola da igualdade não é uma escola igualitária ou uma escola meritocrática; não é nem uma escola que visa resultados iguais, nem uma escola que oferece oportunidades iguais. A forma da escola inclui um pressuposto ou opinião de igualdade ao colocar os alunos em um novo tempo, e novamente em uma posição igual para se começar. É a escola na qual diríamos que momentos “democráticos” podem surgir, onde professores e alunos estão expostos uns aos outros como iguais em relação a um livro, um texto, uma coisa (MASSCHELEIN; SIMONS, 2014, p. 119).

A resistência a manter esses momentos democráticos, todavia, tem se tornado cada vez mais difícil. A ânsia por transformar o tempo livre em tempo útil à economia, de transformar o professor profano em um especialista em desenvolver competências, as listas de conhecimentos a serem, obrigatoriamente, apreendidas pelos alunos, não deixam espaço para o compartilhamento livre e igualitário do conhecer por conhecer, como problematizado na seção anterior por Pagni (2018). Masschelein e Simons (2014)

citam, ainda, o medo e o ódio à democracia, pois não se consegue admitir que o poder não possa ser exercido somente por aqueles cujas hierarquias sociais os qualificam.

5 | A MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Em meio a pandemia de Covid-19, em que redes públicas e privadas de ensino suspenderam suas atividades e as substituíram, em grande medida, por aulas *on-line* (seja por meio de plataformas específicas ou com a utilização de redes sociais e aplicativos de mensagens para o envio de conteúdos, como vídeo-aulas e tarefas), especialmente para o ensino fundamental e o ensino médio, a materialização das políticas educacionais ocorreu de forma peculiar e trouxe inquietações sobre o acesso igualitário ao direito à educação. Na rede estadual do Rio Grande do Sul, por exemplo, orientou-se que todas as instituições oferecessem aulas programadas durante o período que envolveu, em um primeiro momento, parte do mês de março e a totalidade do mês de abril. Cerca de 880.168 alunos, segundo dados de 2018³, em escolas urbanas e rurais dos distintos municípios gaúchos, tiveram a mesma orientação, sem serem consideradas as diferentes realidades dos sujeitos que são parte desse grupo, nem as percepções de gestores, professores, pais e alunos dessas instituições.

Isso denota como a gestão da educação em sua conotação democrática - assegurada na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (Lei 9.394/96) e uma das metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024 - Lei 13.005/2014) - não foi efetivada. Afinal, a gestão democrática precisa ser construída na escola, especificamente, mediante uma constante busca pela ampliação da coletivização das decisões (VIEIRA, 1998), amparada na participação e na autonomia da instituição, em um processo político e pedagógico compartilhado com a comunidade e em que conselhos democraticamente compostos auxiliam nas deliberações. Ainda, a composição de grêmios estudantis e a implementação de conselhos de classe participativos (que envolvem todos os atores implicados nessa ação) colaboram com o cultivo de um ambiente democrático, em que buscam, conjuntamente, a solução de problemas e o alcance de objetivos, em um movimento coletivo estabelecido no entrelaçamento da escola com a sociedade, o que contraria a forma como decisões arbitrárias foram tomadas.

Na educação infantil, a pandemia de Covid-19 configurou uma problemática particular, já que houve, desde o início do quadro de distanciamento social, pressão por parte das famílias para que o retorno das atividades em creches e pré-escolas acontecesse com brevidade, considerando-se, principalmente, que muitos pais e responsáveis continuavam atuando de forma convencional em seus empregos. Gestores e profissionais que atuam

3 Dado retirado de: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/01/censo-escolar-2018-cai-numero-de-alunos-professores-e-escolas-no-rs-cjrjm772c01lg01ny1uxofob.html>.

nessa etapa do ensino viram-se, nesse contexto, em uma situação conflituosa, já que, ao ouvir as demandas populares, surgiam diferentes questionamentos sobre a funcionalidade dessa decisão. Além do risco de contágio que, mesmo tomando-se cuidados não poderia ser desconsiderado, o alto índice de professores e monitores em grupo de risco, os recursos financeiros insuficientes para se dispor de equipamentos e materiais de proteção suficientes e eficazes e a infraestrutura física das escolas (com salas de aulas pequenas e com grande números de alunos) expuseram as limitações das redes de ensino, tornadas latentes nesse momento. A própria organização das ações pedagógicas com crianças pequenas, que impõe a proibição de aglomerações, o brincar podendo ser feito somente à distância dos colegas e o não compartilhamento de objetos expõem a complexidade da situação.

O retorno só pode ser pautado, dessa forma, mediante planejamento e cuidado para que não seja realizado sob pressão capitalista, sem foco em experiências e aprendizagens que unem o educar ao cuidar, elementos essenciais à educação infantil. Ainda, o acesso ao direito dessas crianças à escola e à educação não pode se efetivar de forma restrita, sendo concebido apenas como uma maneira de se garantir apoio aos pais trabalhadores, mesmo entendendo sua dimensão enfatizada na sociedade neoliberal. No âmbito da educação básica, essa materialização se soma à anterior, denotando as dificuldades de se constituir uma educação que alcance a todos e possa ser definida como uma forma de vivenciar a democracia e torná-la menos formal na sociedade, aos moldes da reflexão feita por Pagni (2018).

No ensino superior, os jovens se deparam com situações similares e que materializam, igualmente, os empecilhos ao acesso à educação vividos na realidade brasileira. Um exemplo é o Programa Universidade para Todos, criado em 2005 como uma possibilidade para que alunos da escola pública e pertencentes a famílias com baixa renda obtivessem bolsas em universidades e faculdades particulares (que poderiam alcançar até 100% do valor das mensalidades). Esse programa proporcionou que dezenas de sujeitos alcançassem um lugar social a que não teriam acesso em suas circunstâncias de origem, todavia, não universalizou seu alcance, mas se utilizou de um conceito neoliberal – o mérito – para selecionar parte dos estudantes, dando oportunidades de usufruir de um espaço de igualdade a um grupo restrito.

No contexto da pandemia de Covid-19, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – prova que dá acesso ao Prouni e a outros programas como o Sisu (Sistema de Seleção Unificada) – foi confirmado, inicialmente, por meio de uma campanha publicitária veiculada no mês de maio, que destacou a manutenção das provas e estimulou os jovens a estudarem em casa. Amparada em frases feitas de que “a vida não pode parar” e “seu futuro já está aí”, fez uma referência a livros, internet e aulas *on-line* como formas de manter os alunos envolvidos nos estudos. Todavia, ao fazer isso, ignorou que mais de 30% dos brasileiros não possui acesso à internet, com um percentual ainda maior nas classes D e E, em que

o índice supera 50%, dado semelhante ao da zona rural, de acordo com a pesquisa TIC domicílios, realizada em 2018⁴.

Ainda, não considerou que, quando não estão na escola, parte dos estudantes precisa ajudar em afazeres domésticos, no cuidado de irmãos menores ou na contribuição com a renda da família, já que o enclausuramento em busca de proteção à doença é uma benefício de somente uma parcela da população. Isso, sem considerar as condições oferecidas pela residência, já que o privilégio de um cômodo privado, iluminado, com escrivaninha, livros e, até mesmo, tempo livre para estudar não estão disponíveis a todos. Ainda há todos aqueles que perderam familiares e amigos para o novo corona vírus, bem como aqueles que têm suas próprias vidas ameaçadas pela doença.

Os exemplos descritos denotam as contradições presentes na realidade, ilustrando os desafios de uma educação democrática em um país periférico e historicamente desigual, como o Brasil. Em meio ao contexto de pandemia, esses desafios se tornam mais latentes, já que até o tempo livre, citado por Masschelein e Simons (2014) como uma forma de se usufruir da igualdade, também não é oportunizado. No entanto, a educação como resistência, na perspectiva esboçada por Pagni (2018) pode ser validada como uma possibilidade de, como advoga, construir resistência aos ataques à democracia, ao que a gestão democrática, como garantia constitucional, pode ser agregada como ferramenta. Por mais que, diante das decisões tomadas abruptamente sobre como dar seguimento aos estudos diante do distanciamento social, conselhos, comunidades e equipes diretivas não tenham sido ouvidas, exigir o lugar de fala desses entes pode auxiliar em um movimento que seja contrário àquele autoritário vivenciado na sociedade. Esse é apenas um dos esforços a serem empreendidos para fortalecer (ou construir) uma escola democrática que dialogue com uma sociedade participativa e igualitária, ainda mais em tempos extremos como o vivenciado, mas que evocam a relevância da educação e da escola públicas.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento histórico singular configurado pela alta infestação pelo novo corona vírus demonstrou a fragilidade humana e trouxe incertezas sobre o futuro, questionando nosso atual modelo de sociedade. A educação, em um país com um cenário político tão instável como o Brasil, expôs ainda mais suas fragilidades, denotando as dificuldades da efetivação desse direito e de sua dimensão democrática. As desigualdades sociais históricas intensificaram esse cenário, impondo justamente o fortalecimento da democracia como condição para a construção de um quadro mais favorável à igualdade. Mesmo sendo condenada por uma parcela da população, essa questão é crucial para que se pensem possibilidades para que todos, mas especialmente aqueles em maior situação de

4 Informação retirada de <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/08/28/uso-da-internet-no-brasil-crece-e-70percent-da-populacao-esta-conectada.ghtml>.

vulnerabilidade social, sejam atendidos e usufruam de seus direitos sociais.

Com a ampliação ao acesso a serviços básicos de saúde – essenciais para a proteção de todos diante da pandemia, mas também depois dela -, de assistência social, de segurança, de acesso a emprego e renda e de educação, todos com qualidade e comprometidos com a equidade, a coletivização das decisões poderá ser efetivada em seu potencial de construir uma nova possibilidade de sociedade. Mas esperar por isso de forma utópica não é suficiente para que esses anseios se tornem concretos. A democracia, mesmo que formal e representativa, precisa ser usada para a exigência da justiça social, por meio de um trabalho coletivo de sensibilização e humanização em oposição ao individualismo que orienta as relações sociais.

Nesse sentido, a escola, ainda que com muitas limitações, se torna o ambiente capaz de ampliar essas discussões. Em sua dimensão profana, precisa reafirmar sua posição de contrariedade quanto à economização do tempo, proporcionando a todos uma posição de igualdade perante os saberes, sem considerar os lugares sociais ocupados por cada aluno fora dali. Ainda, precisa se fortalecer como o ambiente para se vivenciar a coletividade, por meio da valorização das humanidades (em resistência aos ataques curriculares sofridos na atualidade e como forma de fortalecer o pensamento crítico), de seu potencial de unir pessoas e proporcionar espaço para o debate, e da gestão democrática. Esta, precisa ser reivindicada e defendida como uma forma de tornar a democracia uma experiência que supere os espaços escolares e amplie a democracia social, tornando-a uma ferramenta de participação e de qualificação das políticas sociais.

REFERÊNCIAS

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. O ódio à educação pública: a escolar como o marco da democracia. IN: MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **A pedagogia, a democracia, a escola**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014. p. 95-123.

PAGNI, Pedro Angelo. Ética, democracia e educação em John Dewey: uma releitura de Democracia e Educação à sombra da ontologia do presente. **Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 25, n. 1, p. 65-81, jan.-abr. 2018. Disponível em: www.upf.br/seer/index.php/rep. Acesso em: 29 abr. 2020.

PERONI, Vera (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013.

VIEIRA, Evaldo. O Estado e a sociedade civil perante o ECA e a LOAS. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 56, p. 9-23, mar. 1998.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adoção 51, 80, 81, 82, 83, 87, 88, 90, 91, 98, 109, 194, 201, 203, 204

Análise de Conteúdo 174, 180

Aprendizagem Significativa 127, 130, 136, 137, 148, 149, 151, 152, 156, 157

Aquisição da Escrita 127

Autonomia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 24, 28, 30, 37, 42, 43, 49, 64, 95, 120, 164, 172, 180, 181, 187, 188, 189, 219, 235, 244, 245, 249, 250, 252

B

BNCC 3, 28, 29, 33, 36, 62, 127, 128, 130, 165, 166, 168, 169, 171, 247

Brasil Colônia 70, 182

C

Círculo de Cultura 220, 221, 222, 223, 224, 225

Conselho Deliberativo 1, 2, 6, 8, 9

Cotas 194, 197, 198, 199, 200, 201, 202

Cultura Popular 30, 31, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137

D

Democracia 5, 7, 8, 11, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 143, 180, 189, 192, 242, 251, 253

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 79, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 140, 150, 151, 152, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 231, 232, 233, 234, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Educação à Distância 39, 100

Educação Básica 3, 4, 18, 25, 42, 47, 62, 65, 67, 68, 93, 95, 96, 105, 127, 128, 129, 130, 132, 136, 137, 168, 169, 171, 172, 180, 203, 224, 238, 244, 245, 247, 250

Educação Física 77, 158, 159, 160, 162, 164, 171, 172, 173

Educação Popular 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 38

Educação Prisional 67

Educação Superior 51, 53, 93, 95, 96, 182, 187, 188, 192, 194, 195, 201, 220, 221, 223, 242

Ensino Fundamental 24, 38, 41, 43, 44, 53, 55, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 94, 95, 96, 97, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 130, 137, 148, 149, 157, 169, 189

Ensino Médio 24, 25, 28, 31, 33, 36, 38, 39, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 54, 65, 94, 95, 96, 97, 121, 169, 178, 199, 201, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253

F

Formação Docente 155, 174, 176, 178, 180, 219, 254

Formação em Serviço 213, 214, 215, 216, 218

Fronteira 39, 40, 41, 43, 44, 45, 48, 50, 51, 203, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 235, 236

G

Gestão da Sala de Aula 220, 221, 223

Gestão Democrática 1, 5, 7, 8, 9, 10, 24, 26, 27

Ginásticas 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 167

H

História 2, 7, 8, 12, 13, 15, 16, 22, 23, 28, 31, 34, 35, 36, 38, 48, 57, 67, 68, 79, 81, 84, 90, 111, 112, 113, 114, 126, 132, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 166, 170, 175, 177, 180, 182, 183, 187, 190, 191, 192, 193, 219, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 235, 238, 243, 244, 252

história da educação 2, 7, 8, 13

História da educação 15, 67, 68, 193

História da Educação 12, 38, 180, 193

I

Igreja Católica 12

Inclusão 116, 117, 119, 121, 122, 125, 126, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 205, 209, 212, 213, 214, 215, 216, 236, 255

Inclusão Digital 213, 214, 215, 216

Interdisciplinaridade 29, 138, 139, 142, 147, 224, 225, 234, 235, 236, 237, 241, 242

L

Letramento 53, 54, 55, 58, 61, 65, 66, 127, 129, 130, 131, 211

M

Mapas Conceituais 148, 151

O

Orfandade 80, 81, 82, 91

P

Paulo Freire 5, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 38, 107, 158, 159, 193, 222, 224, 225

Políticas Afirmativas 194, 196, 197, 198, 199, 200, 202

Políticas Educacionais 2, 3, 17, 19, 24, 61, 113, 120, 182, 224, 244, 254

Psicopedagogia 80, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 101, 103

R

Reinserção 116, 117, 118, 119, 121, 125

Residência Pedagógica 148, 149, 151, 156

S

Sociologia 48, 138, 139, 140, 142, 143, 147, 166, 181, 235

V

Violência no Trânsito 92, 94, 99, 101

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br